

TEXTOS DE JUSTIÇA DE GÊNERO PARA DIÁLOGOS NA SALA DE AULA

Emmanuel Albino de Lima

*Professor de Arte da Rede Municipal de Ensino do Recife, Licenciado em Música pela Universidade Federal de Pernambuco, Licenciando em Física pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.
emmanuel.edu2@gmail.com*

Simpósio Temático nº 07 – As Questões Entre Raça E Gênero No Contexto De Formação Curricular Brasileira.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar textos que abordam questões de gênero, dentro de uma perspectiva da ciência engajada, que podem ser adotados como material na prática de ensino de professores(as) do Ensino Fundamental II. O trabalho foi realizado com base em revisão bibliográfica de estudos que abordam questões de gênero de forma articulada com raça e classe social. A primeira parte do artigo é um debate teórico a respeito do conceito de gênero e a apresentação de dados que demonstram de que forma as desigualdades sociais aparecem e se relacionam em nossa realidade, apontando para a importância de se discutir essas questões dentro da escola. A segunda parte do artigo apresenta uma análise do trecho que se refere às discussões de gênero da Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, que propõe orientações metodológicas para o docente trabalhar as relações de gênero. Na terceira parte são apresentados sugestões de textos que podem ser utilizados em sala de aula com o objetivo de promover o debate de gênero, seguindo as orientações do documento analisado na sessão anterior: Djamilia Ribeiro (2018), Chimamanda Ngozi Adichie (2015; 2017), Maria Betânia Ávila (2001). Conclui-se que vivemos em uma sociedade marcada por desigualdades sociais e que neste contexto, é muito importante que na prática docente se apresente aos(as) estudantes ferramentas que possibilitem a construção de uma sociedade com justiça de gênero.

Palavras-chave: Estudos de gênero, Política de Ensino, Cidadania, Justiça de gênero, Educação.

ABSTRACT

The objective of this work is to present texts that address gender issues, from an engaged science perspective, that can be adopted as educational material in the teaching practice of elementary school teachers. The work was carried out based on a bibliographic review of studies that approach gender issues in conjunction with race and social class. The first part of the article is a theoretical debate about the concept of gender and the presentation of data that show how social inequalities emerge and relate to our reality, pointing to the importance of discussing these issues at school. The second part of the article presents an analysis of the

passage that refers to the discussions on gender in the education policy of the municipal school system of Recife, which proposes methodological guidelines for teachers to work on gender relations. The third part presents suggestions of texts that can be used in the classroom to promote the debate on gender, following the guidelines of the document analyzed in the previous section: Djamila Ribeiro (2018), Chimamanda Ngozi Adichie (2015; 2017), Maria Betânia Ávila (2001). It is concluded that we live in a society marked by social inequalities and that in this context, it is very important that the teaching practice presents students with tools that enable the construction of a society based on gender justice.

Keywords: Gender Studies; Education Policy; Citizenship; Gender Justice; Education.

INTRODUÇÃO

A construção da cidadania inclusiva e democrática dentro das escolas é um esforço encontrado na produção de muitos professores(as), em suas salas de aula. Encontramos diversos documentos oficiais de educação que promovem tal prática, em seus textos e eixos, a exemplo da Lei 9.394/1996, *Lei de Diretrizes e Bases* (LDB) no Art. 2º define uma educação orientada pela liberdade e solidariedade com o propósito que se desenvolva, prepare e exerça a cidadania (BRASIL, 2020), e consolida no Art. 26-A interesse em marcadores de diferença raça e etnia (BRASIL, 2020). A *Base Nacional Curricular Comum* (BNCC) apresenta “[...] a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades”. (2018 p 14)

Observando as desigualdades presentes nas relações de gênero, pesquisas apresentam aspectos dessas desigualdades, que fazem recorte para os marcadores raça/classe/gênero. Se faz necessário considerar a proposta de Patrícia Hill Collins (2007) quando demonstra a importância de se perceber como se articulam os marcadores das diferenças, raça/classe/gênero, na construção das desigualdades sociais.

Simone de Beauvoir (1980) aponta que a desigualdade entre homens e mulheres é uma construção social, enquanto a Secretaria de Educação destaca que reconstruir as relações de gênero também é papel da escola (RECIFE, 2015), dessa forma este trabalho se produz na condição de que as relações de gênero se localizam no âmbito da cultura, da construção social, sabendo que tais relações se dão entre homens e mulheres, e tal diálogo pertence a todos.

O trabalho foi elaborado com base em uma revisão da literatura referente ao tema de relações de gênero, selecionados a partir da prática docente que venho produzindo. Inicialmente foi desenvolvido um levantamento bibliográfico seguido por uma seleção dos principais textos e trechos de textos relevantes ao desenvolvimento do objetivo do trabalho

Este artigo pretende articular textos de relações de gênero com a Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, que reserva espaço, promove e problematiza, a justiça de gênero, no eixo Diversidade, assim como auxiliar docentes e seus estudantes do ensino fundamental II, à despertar para leituras e produções alusivas com o objeto deste artigo, as relações de gênero, com foco na situação das mulheres. Promove-se uma ciência engajada e cidadã, já explorada em outras áreas de conhecimento, reconhecido o potencial de diminuir desigualdades Chris Bueno (2019), e constatado na pauta de Paulo Freire (1987) que aponta o caminho da práxis para a transformação do mundo .

Com este objetivo, o texto ficou organizado da seguinte forma: 1. *introdução*, justificativa e objetivos do trabalho; 2. *desenvolvimento*, discussão de material teórico e dados sobre desigualdade; 3. *política de ensino e discussão*, apresentação da Política de Ensino da Rede Municipal do Recife no aspecto gênero e discussão com o referencial teórico; 4. *textos e percursos*: apresentação de textos e possibilidades de uso do material e *Considerações finais*.

DESENVOLVIMENTO

Beauvoir em sua célebre frase "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher" (1980, p 9) defende que a desigualdade das relações entre homens e mulheres não são naturais, e sim construídas, uma vez que o indivíduo é ensinado em sociedade a tornar-se, a vir a ser.

Em 1989, Joan Scott sistematiza e constrói uma elaborada definição dos sistemas de gênero. Ela organiza o conceito de gênero em dois eixos: primeiro o gênero se organiza com base no que entendemos ser sua base biológica; segundo o gênero é constituído por um sistema de relações de poder encontrado de forma dispersa por toda sociedade, neste sentido ela propõe dentro dessa segunda categoria quatro subcategorias, que nos apresentam os espaços onde o gênero é construído, reproduzido e pode ser transformado, são elas: subjetividades; símbolos; conceitos normativos e instituições (SCOTT, 1995).

Posteriormente Collins demonstra a importância de articular os marcadores sociais para o entendimento das desigualdades, e vem lembrando Jordan “[...] que a liberdade é

indivisível, alcançar justiça social [...] requer compreender raça, gênero, classe e sexualidade como construções mútuas de um sistema de poder." (COLLINS, 2017, p 11). Tal organização de marcadores, raça/classe/gênero é fundamental ao desenvolvimento do ensino e pesquisa em diversas áreas de conhecimento, uma vez que traz a possibilidade de compreender melhor a realidade social. A articulação desses marcadores podem ser observados nos dados apresentados a seguir.

Segundo as pesquisas citadas, podemos perceber a desigualdade de gênero em alguns dados de violência contra mulher. No que diz respeito a estes dados em pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgados em 2021, 24.4% das mulheres brasileiras sofreram algum tipo de violência doméstica no último ano, somando 17 milhões de mulheres, dessas agressões 48% ocorreram em suas casas

Observando a articulação entre os marcadores de gênero e raça podemos constatar com base em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (ipea) em 2020, uma desigualdade na forma como mulheres brancas e negras sofrem violência de gênero, citando pesquisa realizada em 2009 pelo IBGE/Pnad, se observa mulheres que sofreram violência, onde 44% se consideram brancas e 56% negras.

Existe também uma desigualdade na forma na qual as mulheres brancas e negras se sentem ameaçadas pela violência. Em pesquisa realizada pelo "Viver em SP Mulher" em parceria com o Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE), na cidade de São Paulo 82% das mulheres percebem o crescimento da violência contra a mulher. Esta percepção está respaldada por dados obtidos com base em dados disponibilizados pela Secretaria Estadual de Segurança Pública do estado de São Paulo, referente aos anos de 2018 e 2019. Ao longo do ano de 2018 foram registrados 134 boletins de ocorrência de feminicídios no estado, em comparação com o ano de 2019, ao longo do qual foram registrados 182 boletins de ocorrência de feminicídios no estado, sendo constatado um aumento de 36% dos casos.⁹ É importante ressaltar que há uma diferença significativa na sensação de insegurança de acordo com os marcadores de raça, escolaridade e classe social: 1. A percepção do assédio e da violência contra mulher é de 81% entre pessoas negras e 69% entre pessoas brancas; 2. de acordo com o grau de escolaridade, 85% pessoas com até o ensino fundamental completo e 64% com ensino superior completo; 3. Classe social 89% nas classes D e E e em comparação com 64% nas classes A e B; renda familiar 79% das pessoas que recebem até 2 salários mínimos e 61% de pessoas que recebem mais de 5 salários mínimos. De acordo com Samira

Bueno, Diretora Executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) essa diferença nos dados relacionada a articulação entre marcadores sociais da desigualdade ressalta as diferentes formas pelas quais as mulheres em sua diversidade são impactadas pela violência.

Diante deste cenário se faz necessária e relevante as discussões a respeito das desigualdades de gênero, inclusive das postas pela Secretaria de Educação do Recife, através da Política de Ensino da RMER, que de forma clara, e fluida, trata da Justiça de Gênero.

POLÍTICA DE ENSINO E DISCUSSÃO

A Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, produzida em 2014/2015, é organizada em seis livros: *Fundamentos Teóricos Metodológicos*; *Educação Infantil*; *Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano*, *Educação de Jovens e Adultos*, *Educação Inclusiva: múltiplos olhares* e *Tecnologias na Educação*. Em 2021 realiza-se uma revisão curricular, sendo estes os documentos norteadores das práticas e ações pedagógicas da Rede de Ensino do Recife.

Com a publicação da BNCC em 2017 foram revistas as matrizes curriculares para atender o caráter normativo do documento, isto feito de forma colaborativa. Com a revisão da matriz curricular de 2021, que se relaciona através das competências gerais da BNCC com as questões de diversidade, os Eixos e Princípios da Política de Ensino da RMER 2014/2015 permanecem vigorando proporcionando uma experiência cidadã.

A Secretaria de Educação do Recife, no livro *Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano* (RECIFE, 2015), aborda gênero no eixo Educação e Sexualidade, que propõe atender os estudantes da Rede Municipal apontando três eixos a serem abordados: 1. Corpo; 2. Relações e justiça de gênero; 3. Diversidade sexual.

Corpo: incluído a dimensão biológica, psicológica e social com elementos culturais e históricos. Relações e justiça de gênero: respeitar diferenças de atributos, papéis e vivências, que fazem parte e trazem significado à vida social do homem e da mulher. Diversidade sexual: dialoga sobre as possibilidades que dizem respeito a sexualidade, identidades sexuais e de gênero.

O documento apresenta orientações metodológicas para o docente com o interesse em tornar claro o processo e o desenvolvimento das aulas. Fazem parte da proposta metodológica: Ampliar o tema cidadania, propondo e articulando com a liberdade, a solidariedade e a justiça social; apresentar bases teórico-científicas, para construção de

conhecimentos de base sólida; problematizar, adequar à etapa de desenvolvimento do estudante e dialogar com a família sobre sexualidade.

Para o objeto deste estudo foi selecionado neste texto apenas os trechos relacionados ao eixo Relações e justiça de gênero.

Neste trecho da Secretaria de Educação, apresenta: "No tocante às relações e justiça de gênero, destacam-se atividades, nas quais meninas e meninos reflitam, coletivamente, a respeito de opiniões e experiências." (RECIFE, 2015, p 56). Trazendo Scott (1995) para esta discussão onde o gênero é constituído por relações de poder encontradas de forma dispersa por toda sociedade, visto isso, é importante que exista essa coletividade, meninos e meninas, e inserida nela a reflexão, para construção de opiniões não opressoras, uma vez que as desigualdades entre homens e mulheres não são naturais como defende Beauvoir (1980) e Scott (1995), que respeitem a experiência do outro, a fim de compreender igualdades e diferenças vivenciadas por cada subjetividade, sendo a subjetividade também um espaço de transformação de gênero.

O documento retoma a ideia entre as diferenças de meninos e meninas, que são construções sociais, e faz um reflexão das práticas adotadas nas escolas que define como sexistas, trazendo exemplos, que podemos articular com as categorias de Scott (1995), conceitos normativos e símbolos: meiguice x gritaria, categoria; escolha de cores, rosa x azul; separação de filas, meninos x meninas; brincadeiras, boneca x futebol. O documento é coerente e convida para o repensar essas práticas, onde também se percebe através das categorias de Scott (1995) que tais elementos gênero são construções sociais e podem ser desconstruídas.

A Secretaria de Educação se coloca através das escolas, na categoria instituição, como agente de transformação em relação a justiça de gênero com o seguinte texto:

Um dos princípios da escola democrática, já apresentado ao longo desse documento, é promover a justiça social e, para tanto, faz-se necessário, reconstruir as relações de gênero no cotidiano escolar, integrando a possibilidade de que há formas de ser mulher e de ser homem, sem hierarquia. (RECIFE, 2015, p 56)

A consolidação dos princípios se dão através de práticas pedagógicas, que sigam as orientações do documento, que se promova textos, debates, filmes, conversas, que fomentem a diversidade e se respeite as diferenças e que se rejeite machismo, violência e preconceito, e conduza para os direitos de aprendizagem e objetivos a seguir:

A Educação em Sexualidade, no eixo Relações/Justiça de Gênero, apresenta, como Direitos de Aprendizagem: a) ter o direito de se apropriar dos conceitos de sexo, sexualidade e relações de gênero em seus contextos culturais, psicossociais e históricos e; b) ter o direito de reconhecer, desmistificar, defender-se, e denunciar atos e preconceitos, relacionados à identidade de gênero e sexual. (RECIFE, 2015, p 59)

Quadro 3 - Objetivos de aprendizagem para o eixo relações justiça de gênero

EIXO: RELAÇÕES/JUSTIÇA DE GÊNERO – Objetivos de Aprendizagem
Compreender que existem diferentes formas de ser menina e menino, mulher e homem.
Propiciar a compreensão sobre gênero, sexo e sexualidade, e discutir as normas sociais de gênero e problematizá-las.
Valorizar as diferenças entre mulheres e homens, como os diferentes papéis que desempenham na sociedade.
Discutir como buscar o equilíbrio entre os valores considerados femininos e masculinos, a fim de garantir visibilidade e participação de ambos em todas as esferas da vida pública e privada.
Reconhecer que meninos e meninas podem participar igualmente das mesmas brincadeiras e jogos.
Compreender que os estereótipos, relacionados ao feminino e ao masculino, limitam e prejudicam as vivências sociais.
Compreender que a desigualdade de gênero é um dos elementos que contribui para o risco de coação, abuso e violência sexual.
Refletir que as mídias veiculam diferentes modelos de gênero e comportamentos sexuais, que devem ser debatidos e questionados.
Compreender que os meios de comunicação de massa influenciam nossos ideais de beleza e estereótipos de gênero.
Discutir que todas as culturas têm normas e tabus, relacionados à sexualidade e ao gênero e que essas se modificam ao longo do tempo.
Compreender que a pessoa tem o direito de escolher e vivenciar a sua categoria de gênero, sem sofrer preconceitos e discriminações.
Propiciar o entendimento de que as normas sociais e culturais influenciam as expectativas de gênero.

Fonte: Recife, Política de Ensino da Rede, 2015

Destaca-se do Quadro 3, que descreve objetivos de aprendizagem para o eixo relações e justiça de gênero, o objetivo, “Refletir que as mídias veiculam diferentes modelos de gênero e comportamentos sexuais, que devem ser debatidos e questionados” (RECIFE, 2015, p 59) e como ele se conecta com os outros objetivos que marcam diferenças, a preocupação com o

diálogo, e não reprodução de padrões discriminatórios. Utiliza-se a reflexão ação, onde os estudantes podem ser apresentados a materiais que se propõe a pensar e construir atitudes não opressoras, e se indica uma possibilidade através dos textos ou trechos dos textos sugeridos no tópico a seguir.

TEXTOS E PERCURSOS

Esta parte do artigo vem sugerir textos e parte de textos que podem ser utilizados em sala de aula, com foco em estudantes do ensino fundamental II, e ainda sim, podem ser trabalhados na sua integralidade ou em outros recortes, seguindo a conveniência do docente.

A escolha das autoras, seus textos, e trechos de textos, se dá na perspectiva que é abordado o tema gênero com ênfase na mulher, sistematizados com os marcadores de diferença raça/classe/gênero, onde se reivindica e se defende ações e reflexões diante das desigualdades que se observam. Dessa forma o engajamento nas ciências se apresenta propositivo, presente, disponível para resolução de problemas tangíveis, onde: “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (FREIRE, 1987, p 38).

Tais leituras podem servir como motivadoras para diversos tipos de produção de sala de aula ou projetos didáticos, tais como: debates, reescritas, banners, produções de imagens, fotografias, curadoria/exposições, blogs, podcasts, letras de música, roteiros de teatro, produção de vídeos, projetos de iniciação científica, entre tantas outras possibilidades de práticas e sequências didáticas.

É importante que sejam observados os direitos de aprendizagem anteriormente apresentados, articulados com a fundamentação teórica disponível, a fim de tornar próximo o objetivos das práticas pedagógicas, ter em vista que “não considerar aspectos como a diversidade de educação, experiências, oportunidades e recursos nos projetos de ciência cidadã pode levar à perpetuação da desigualdade.” (BUENO, 2019, p 16), estar atento que a área de conhecimento ciências humanas, é ciência, e cabe proporcionar ao estudante estar no centro do processo de ensino-aprendizagem, trazendo o mesmo para um lugar de protagonismo, o mesmo podendo ser construtor de sua própria história e participante de uma coletividade. Abaixo seguem os textos propostos:

- RIBEIRO, Djamila. "Quando opiniões também matam". In: RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? Companhia das Letras. 2018.
Djamila Ribeiro, filósofa, brasileira, autora de diversos artigos e livros na área de feminismo negro e racismo.
No texto "Quando opiniões também matam", Ribeiro aponta a necessidade de se discutir os conteúdos das opiniões, dos *achismos*, mostrando do papel das mídias até o nível individual e as consequências das produções de opiniões e julgamentos.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Sejam todos feministas. São Paulo: Companhia das, 2015.
Chimamanda Ngozi Adichie, Nigeriana, escritora, é autora de diversos livros sobre feminismo.
O livro " Sejam Todos Feministas" é uma adaptação de uma palestra realizada em 2012 e fala sobre relações entre homens e mulheres, na importância do reconhecimento das desigualdades e da desconstrução de estereótipos.
ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Para educar crianças feministas. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
O livro "Para educar crianças feministas", tem formato de carta para uma mãe que acaba de ter um bebê, e está organizado em 15 sugestões, promove um amplo diálogo sobre construções sociais que se impõe ao indivíduo, com foco nas mulheres, desde muito jovens e como isto afeta seu desenvolvimento social.
- ÁVILA, Maria Betânia. "Feminismo, cidadania e transformação social". ÁVILA, Maria Betânia et al (orgs). Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade, p. 13-61, 2001.
Maria Betânia Ávila, socióloga, brasileira, autora de diversos artigos na área de gênero, feminismo e democracia.
Ávila propõe no seu artigo "Feminismo, cidadania e transformação social", que a tomada de consciência de ser sujeito ou cidadã, provoca mudanças na pessoa, e tal mudança não se submete passivamente a desigualdades, ficando assim, a desigualdade, algo inaceitável. No trecho recomendado para sala de aula, localizado

no terceiro parágrafo da página 18 até o primeiro parágrafo da página 19, fala da importância das organizações de mulheres, para busca de direitos e transformações da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como a sociedade, os documentos produzidos por governos são dinâmicos, é importante que se amplie e avance nas pautas que constroem direitos, que se caminhe para justiça social, sem deixar para trás uma produção fértil, a exemplo do texto da Secretaria de Educação do Recife.

O diálogo proposto entre referencial teórico de gênero, Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, e os textos das autoras se apresentou colaborativo, aderidos por marcadores de diferença, categorias de análise, metodologia e objetivos de norte conhecido.

Numa sociedade marcada por desigualdades sociais é essencial à prática docente dar acesso ao conhecimento científico, produzido por uma ciência engajada, dialógica com a transformação e difundir aos(as) estudantes os princípios da justiça de gênero, da cidadania, assim como as ferramentas que se dispõe para alcançá-la.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das, 2015.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Para educar crianças feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ÁVILA, Maria Betânia. "Feminismo, cidadania e transformação social". ÁVILA, Maria Betânia et al (orgs). *Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade*, p. 13-61, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf; Acesso em: outubro de 2021
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/572694>; Acesso em: outubro de 2021

BUENO, Chris. Envolver não cientistas em pesquisas pode apoiar a aprendizagem e o engajamento do público com a ciência. *Ciência e Cultura*, v. 71, n. 1, p. 16-19, 2019.

BUENO, Samira et al. *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 3ª edição, 2021

"Casos de feminicídio batem recorde em São Paulo em 2019". Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/06/casos-de-feminicidio-batem-recorde-e-m-sao-paulo-em-2019.ghtml>>; acesso em: novembro de 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

DE BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Nova Fronteira, 1980.

ENGEL, Cíntia Liara. *A violência contra a mulher*. 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

"Negros e pobres percebem aumento maior da violência contra a mulher em SP". Disponível em:

<<https://ponte.org/negros-e-pobres-percebem-aumento-maior-da-violencia-contramulher-em-sp/>>; Acesso em: 30 de outubro de 2021.

RECIFE, Prefeitura. Secretaria de Educação. Política de ensino da rede municipal do Recife: ensino fundamental: 1º ao 9º ano. Coordenação: Alexandra Felix de Lima Sousa, Jacira L'Amour Barreto de Barros, Nyrluce Marília Alves da Silva. – 2. ed. rev. e atual. – Recife: Secretaria de Educação, 2021. v. 6.

RECIFE. Prefeitura. Secretaria de Educação. Política de ensino da rede municipal do Recife: ensino fundamental: 1º ao 9º ano. Organização de Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. Recife: Secretaria de Educação, 2015. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v. 3).

RECIFE. Prefeitura. Secretaria de Educação. Política de ensino da rede municipal do Recife: subsídios para atualização da organização curricular. 2. ed. Organização de Élia de Fátima Lopes Maçaira, Katia Marcelina de Souza, Marcia Maria Del Guerra. Recife: Secretaria de Educação, 2014. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v. 1).

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* Editora Companhia das Letras, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, v. 20, n. 2, 1995.

VENTURINI, Gustavo (Orgs). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc, 2010.